



Número: **0817574-45.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **23/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RICARDO MARCIO FERNANDES (AUTOR)		JOSE LEANDRO OLIVEIRA TORRES (ADVOGADO) WAGNER LUIZ RIBEIRO SALES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
31370385	10/06/2020 16:43	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
32094503	06/07/2020 17:12	<a href="#">Renúncia ao prazo recursal</a>	Outros Documentos



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0817574-45.2019.8.15.0001

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: RICARDO MARCIO FERNANDES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SENTENÇA**

**RELATÓRIO.**

**RICARDO MARCIO FERNANDES, qualificada nos autos, por intermédio de advogado, legalmente constituído, ingressou em juízo com a presente ação contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A, pessoa jurídica de direito privado, também qualificada nos autos, sustentando, em síntese, que, em 15 de dezembro de 2017, sofreu acidente automobilístico que ocasionou comprometimento de 50% do membro inferior esquerdo.**

Informa que não recebeu valores na via administrativa, afirmando que faz jus ao recebimento de diferença na quantia de R\$ 4.725,00.

Sob tais argumentos, requereu a condenação da parte promovida ao pagamento da indenização devida em razão de DPVAT.

Citada, a parte promovida apresentou contestação de id. 24131764, arguindo preliminarmente a existência de litispendência. No mérito, rebateu os fatos alegados na inicial e informou que a parte promovente recebeu R\$ 1.687,50 através da via administrativa, pugnando pela improcedência do pedido.

Impugnação à contestação de id. 26115081, ocasião em que a parte autora explicou que, por erro, foram distribuídas duas ações idênticas, mas que houve a desistência da outra ação. Não impugnou a alegação de que recebeu valor na via administrativa, somente afirmando genericamente que *“OS documentos de id. 24131775, 24131769, 24131767 se trata do prévio requerimento administrativo, só comprovante que o acidente de trânsito existiu e que o mesmo fora negado pela seguradora ré.”*

Perícia judicial de id. 27040888, atestando debilidade parcial incompleta no percentual de 50% do membro inferior esquerdo.

O autor concordou com a perícia judicial (id. 27192357), enquanto o promovido requereu esclarecimentos (id. 27557982), que foram prestados pela Sra. Perita no id. 30310477.

Intimadas acerca do esclarecimento, a parte autora concordou (id. 31367705), enquanto a parte promovida não apresentou manifestação.

Vieram-me os autos conclusos.

**PRELIMINAR.**

A parte promovida arguiu preliminar de litispendência com o processo nº 0817663-68.2019.815.0011. A parte promovida explicou que, por erro, foram distribuídas duas ações idênticas, mas que houve a desistência da outra ação, o que foi constatado por este Juízo em consulta ao PJE. Ressalte-se que esta ação foi distribuída primeiro, não gerando prevendo do Juízo onde a outra ação foi processada.

Afastada a preliminar.

**FUNDAMENTAÇÃO.**

A matéria tratada nos autos afigura-se como sendo tão somente de direito, motivo pelo qual, é de



ser dispensada a dilação probatória, com o julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I, do CPC/2015.

Destaca-se que o promovido requereu esclarecimentos da Sra. Perita sobre o laudo judicial, havendo resposta no id. 27557982. Intimado sobre tais esclarecimentos, a parte promovida não se manifestou, concordando tacitamente com as alegações da Sr. Perita.

Além disso, merece destaque também o fato de que o promovente informou, em sua inicial, que não recebeu valores na via administrativa. No entanto, a parte promovida informou que foi paga ao promovente a quantia de R\$ 1.687,50, alegação que não foi impugnada pela parte autora que somente afirmou genericamente que “OS documentos de id. 24131775, 24131769, 24131767 se trata do prévio requerimento administrativo, só comprovante que o acidente de trânsito existiu e que o mesmo fora negado pela seguradora ré.” (id. 26115081). No entanto, ao contrário, os documentos apresentados comprovam justamente que o processo administrativo foi encerrado com o pagamento de R\$ 1.687,50 em 12 de julho de 2018 (id. 24131767 - Pág. 4). Assim, haverá análise do pedido de indenização para complementação do valor devido e não de pagamento integral.

A promovente pleiteia o recebimento de complementação de seguro obrigatório, decorrente de acidente de trânsito, argumentando que o valor devido em decorrência da debilidade de seu membro inferior esquerdo.

A avaliação médica assevera que do acidente resultou debilidade parcial incompleta no percentual de 50% do membro inferior esquerdo, encaixando-se, portanto, a debilidade constatada no autor no percentual referente a “*perda anatômica funcional completa de um dos membros inferiores*”, no valor de 70% da indenização total, ou seja, R\$ 9.450,00.

Acontece que, conforme já mencionado, a promovente apresenta lesão incompleta de seu membro inferior esquerdo, havendo a perda de 50% da mobilidade.

Assim sendo, a indenização devida deverá ser calculada em 50% da indenização devida por perda completa da mobilidade do seu membro inferior, ou seja, 50% de R\$ 9.450,00. Dessa forma, conclui-se que ao autor é devida a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), exatamente, conforme apontado na tabela acostada pela parte promovida através do id. 24131764 – Pág. 9.

Considerando que administrativamente a parte autora recebeu a quantia de R\$ 1.687,50, tem-se que lhe é devida somente a quantia de R\$ 3.206,25 (três mil, duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos).

## **DISPOSITIVO**

À luz do exposto, por tudo o que dos autos consta e com supedâneo nos princípios de direito que regem a espécie, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido do autor e, via de consequência, condeno a parte promovida ao pagamento da quantia de R\$ 3.206,25 (três mil, duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos) ao autor, referente à diferença do valor pago com relação à indenização do seguro DPVAT a que faz jus, devidamente corrigido pelo INPC a partir do pagamento a menor do sinistro (12 de julho de 2018 – conforme documento de id. 24131767 - Pág. 4) e juros moratórios de 1% a.m. a contar data da citação válida da promovida.

Considerando que a parte autora decaiu em parte mínima de seu pedido, condeno a parte promovida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados no percentual de 15% sobre o valor da condenação, com fundamento no § 2º, do artigo 85, do CPC/2015.

Transitada em julgado, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, requerer o cumprimento definitivo da sentença, atentando-lhe que os requisitos impostos pelo artigo 524, do CPC/2015 deverão ser atendidos. Caso não haja resposta desta intimação pela parte promovente, proceda-se ao cálculo das custas processuais e intime-se o promovido para recolhê-las, no prazo de cinco dias, sob pena de penhora *on line*. Com o pagamento, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Em caso de inércia, voltem-me os autos conclusos a tentativa de bloqueio via BACENJUD do valor apurado.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se.



Campina Grande/PB, data e assinatura digitais.

**ANDRÉA DANTAS XIMENES**

Juíza de Direito.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA  
GRANDE/PB,

PROCESSO Nº 0817574-45.2019.8.15.0001;

RICARDO MARCIO FERNANDES, já qualificado nos autos do processo em epigrafe, vem  
perante Vossa Excelência informar que concorda com a sentença e renuncia ao prazo recursal.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Wagner Luiz Ribeiro Sales  
OAB/PB 18.251

